

Dínamo Networks, Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas em 31 de dezembro de 2024

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

C.N.P.J.: 17.423.726-0001-30

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Ativo

(Valores expressos em mil reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	678	1.515
Contas a receber	8	7.857	9.574
Estoques	9	2.638	2.325
Impostos a recuperar	10	922	156
Outros ativos	11	910	233
Total do ativo circulante		13.004	13.803
Ativo não circulante			
Aplicações de longo prazo	7	-	20
Outros ativos	11	97	-
investimentos	12	58	750
Imobilizado	13	846	1.141
Intangível	14	1.505	2.558
Total do ativo não circulante		2.506	4.469
Total do ativo		15.510	18.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A. C.N.P.J.: 17.423.726-0001-30

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Passivo e patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	15	856	2.175
Empréstimos e financiamentos	20	434	869
Obrigações sociais e trabalhistas	16	240	207
Obrigações tributárias	17	4.024	5.110
Arrendamentos a pagar	21	97	188
Outros passivos	19	1.025	1.130
Total do passivo circulante		6.676	9.679
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	20	1.236	-
Obrigações tributárias	17	748	438
Arrendamentos a pagar	21	-	195
Dividendos propostos a pagar	24	159	1.096
Total do passivo não circulante		2.144	1.729
Patrimônio líquido			
Capital social	24	792	792
Reserva de capital		1.589	1.582
Reserva de lucros		4.310	4.490
Total do patrimônio líquido		6.691	6.864
Total do passivo e patrimônio líquido		15.510	18.272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A. C.N.P.J.: 17.423.726-0001-30

Demonstrações do resultado para os exercícios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	26	15.862	18.351
Custo dos produtos vendidos	27	(4.947)	(5.743)
Lucro bruto		10.915	12.608
Receitas / (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	27	(4.094)	(2.538)
Despesas gerais e administrativas	27	(5.591)	(5.536)
Outras receitas (despesas)	27	1.048	14
Lucro antes do resultado financeiro líquido		2.278	4.548
		14%	25%
Despesas financeiras	26	(1.514)	(733)
Receitas financeiras	26	124	54
		(1.390)	(679)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		888	3.869
Imposto de renda e contribuição social	25	(151)	(1.149)
Lucro líquido do exercício		737	2.720
Lucro por ação		0,93	3,43

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Dínamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Empresas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	737	2.644
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	737	2.644

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expresso em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
		Transação de capital	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	792	1.554	159	1.087	1.769	-	5.361
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.720	2.720
Distribuição de lucro	-	-	-	-	(590)	-	(590)
Constituição de reserva de capital (Nota 22c)	-	27	-	-	-	(27)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	182	-	(182)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	(627)	(627)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	1.884	(1.884)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	792	1.581	159	1.269	3.063	-	6.864
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	737	737
Distribuição de lucro	-	-	-	-	(750)	-	(750)
Constituição de reserva de capital (Nota 22c)	-	8	-	-	-	(8)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	93	-	(93)	-
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	-	-	-	-	-	(159)	(159)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	476	(476)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	792	1.589	159	1.362	2.789	0	6.691

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	888	3.869
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações/Amortização	928	1.861
Imposto de renda e contribuição social	(151)	(1.149)
Perdas esperadas com crédito liquidação duvidosa	-	-
Juros passivos	462	119
(Aumento) Redução em ativos		
Contas a receber de clientes	1.717	(4.819)
Estoques	(313)	88
Impostos a recuperar	(766)	193
Outros ativos	(774)	554
Aumento (Redução) em passivos		
Fornecedores	(1.319)	1.618
Obrigações sociais e trabalhistas	33	1.654
Obrigações tributárias	(776)	4
Adiantamento de clientes	-	(517)
Outros passivos	(105)	907
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(176)	4.382
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de imobilizado	58	(411)
Adição de intangível	246	(822)
Título de capitalização	20	50
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	324	(1.183)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Investimento	692	(750)
Distribuição de dividendos	(1.847)	(1.336)
Pagamento de arrendamentos	(169)	(218)
Captação de empréstimos	2.000	900
Pagamento de empréstimos	(1.661)	(881)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(985)	(2.285)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(837)	913
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.515	602
No final do exercício	678	1.515
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(837)	913

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em Consórcios ou Companhias S.A. (Companhia ou Dinamo), localizada no Município de Brasília, Distrito Federal, na ST Comercial Norte Quadra 05 blocos A, nº 50, foi constituída em 16 de janeiro 2013 sob CNPJ.: 17.423.726/0001-30, tendo como principal objeto a produção e comercialização de equipamentos de criptografia, bem como prestação de serviços relacionados à segurança da informação.

Em 18 de julho de 2021, resolvem de comum acordo transformar a Companhia de Ltda. para Companhia Anônima. O estatuto societário com esta alteração foi devidamente registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob número 53300023719 em 20 de outubro de 2021.

A Dinamo possui expertise no segmento de segurança da informação, que inclui o desenvolvimento de plataforma em criptografia, assinatura e certificação digital. As soluções são desenvolvidas por uma equipe de especialistas com experiência em projetos de segurança do mercado brasileiro.

A Dinamo Networks é especialista em segurança de identidade digital e criptografia. Desenvolveu a primeira plataforma mundial de Cyber Security de soluções criptográficas customizáveis de alto nível, a Dinamo Super Cloud.

Além disso, fabrica no Brasil os mais diversos modelos de Hardware Security Module (HSMs), ou, cofres digitais, para guarda segura e gerenciamento de chaves criptográficas, sejam elas certificados digitais, minúcias biométricas, entre outras chaves, sendo que essas soluções possibilitam, assinaturas digitais, proteção de dados e sigilo de informações. São utilizadas para evitar vazamento de dados, roubo de informações e garantir conformidade com a legislação.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações e as normas brasileiras de contabilidade (NBC TG), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Esta demonstração contábil está sendo apresentada em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos são apresentados em reais arredondados em sua casa decimal, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 14 – reconhecimento imobilizado: reconhecido pelo custo de aquisição a partir do início de sua utilização na operação e depreciado pela taxa fiscal;

- Nota Explicativa nº 9 – reconhecimento pela análise das variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas esperadas, por meio da projeção das rolagens de cada faixa da carteira capturando as estimativas de reflexos na inadimplência e recuperação dos créditos para os próximos meses;
- Nota Explicativa nº 15 – reconhecimento intangível: se desenvolvido pela companhia reconhecido se atender os critérios estabelecidos no NBC TG 04 (R4) – Ativo intangível e amortização conforme laudo de expectativa da vida útil do bem, se adquirido para uso reconhecido pelo custo de aquisição e amortizado pela vida útil estimada pelo time técnico da companhia em com base na recuperabilidade no histórico dos projetos e necessidades de atualizações;
- Nota Explicativa nº 25 – reconhecimento de receita: se produto e licença reconhecida quando da transferência da titularidade legal do bem, se serviço na competência da realização do serviço; e
- Nota Explicativa nº 31 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota Explicativa nº 25 – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;
- Nota Explicativa nº 15 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e
- Nota Explicativa nº 9 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo.

6. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil/ retificação de erros (veja Nota Explicativa nº 6).

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para o real à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para o real à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela adiante fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto /serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
HSM - Hardware	Venda produção própria. São realizadas por meio do pedido do cliente e emissão das faturas/notas fiscais quando da saída para entrega.	A receita é reconhecida quando da transferência da titularidade do ativo através do canhoto da nota assinado ou comprovação equivalente.
Licença de Software	Software próprio embarcado no HSM. Em conjunto com a venda do hardware, estas são realizadas por meio do pedido do cliente e emissão das faturas/notas fiscais quando da saída para entrega do produto físico onde o software licenciado está embarcado.	A receita é reconhecida quando da transferência da titularidade do ativo através do canhoto da nota assinado ou comprovação equivalente
Manutenção	Serviço de suporte mensal. Realizado o acordo contratual com o cliente o serviço é prestado e faturado mensalmente.	As faturas para prestação de suporte e manutenção quando contratadas na modalidade mensal, é emitida e reconhecida no próprio mês da vigência do serviço. Quando a contratação é anual e desta forma faturada e recebida integralmente, este valor é reconhecido como uma obrigação a cliente e mensalmente dentro do mês de sua vigência/prestação do serviço é transferido ao resultado.

Tipo de produto /serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Implantação	Instalação e configuração do HSM. As faturas/notas fiscais e cobranças são emitidas após a apuração da instalação e configuração.	A receita é reconhecida pela emissão da nota que se dá após aceite do cliente para o serviço prestado.
Treinamento	Treinamento de usuários. Realizado o acordo contratual com o cliente o serviço é realizado no período específico acordado.	A receita é reconhecida pela emissão da nota que se dá após aceite do cliente para o serviço prestado.

c) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

iii) Incentivo fiscal Lei do Bem

A Lei nº 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

O governo federal utiliza esse mecanismo para incentivar investimentos em inovação por parte do setor privado. Além disso, busca aproximar as Companhias das universidades, potencializando os resultados em PD&I.

Os incentivos fiscais são excluídos da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social e devidamente escriturado no Lalur e Lacs.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Equipamentos de informática	4, anos	5, anos
Móveis e utensílios	4,8 anos	5,8 anos
Máquinas e equipamentos	2,8 anos	3,8 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos capitalizados, quando os critérios acima descritos forem atendidos, incluem o custo de mão de obra que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos para venda ou intenção de concluir o ativo para usá-lo.

A atividade da Companhia pressupõe o contínuo desenvolvimento, e neste contexto, estão em desenvolvimento projetos voltados em sua maioria para as duas dimensões de negócios da Companhia: HSM e portal *Supercloud*.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros. A vida útil dos ativos de desenvolvimento reflete o período de retorno financeiro de cada projeto. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Certificações

As certificações aplicadas são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis remanescentes estimadas em cada data base, são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2023
Sistema operacional Dínamo HSM 2020	-	1 ano
Sistema operacional Dínamo HSM 2021	1 ano	2 anos
Sistema operacional Dínamo HSM 2022	2 anos	3 anos
Sistema operacional Dínamo HSM 2023	2 anos	3 anos
Sistema operacional Dínamo HSM 2024	3 anos	-
Certificação FIPS (i)	1 ano	-

(i) As certificações têm seus períodos de amortização definidos com base na validade dos certificados. O início da amortização se dá na data de aprovação e são realizados sistematicamente ao resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Capital social

i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o NBC TG 32 (R4).

ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e

- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos a seguir, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As perdas esperadas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação das perdas esperadas para crédito no balanço patrimonial

A perda esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a perda esperada é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 365 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Garantias

Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

l) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no NBC TG 06 (R3). (Nota explicativa nº 29).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; (iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

o) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas:

- Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2) - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) - Classificação do passivo como circulante ou não circulante/ Passivo não circulante com *Covenants*;
- Alterações à IAS 7/ CPC 03 e IFRS 7/ CPC 40 - Acordos de financiamento de fornecedores;
- Alterações à IFRS 16/ CPC 06 - Passivo de arrendamento em uma transação de
- "Sale and Leaseback";
- Alterações à IAS 21/CPC 02 – Ausência de conversibilidade

p) Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa – espécie	-	-
Conta-corrente	252	302
Aplicações financeiras (i)	426	1.213
Título de capitalização	-	20
Total	678	1.535
Caixa e equivalentes de caixa - ativo circulante	678	1.515
Aplicações financeiras - ativo não circulante	-	20

(i) As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado. São substancialmente compostas por aplicações de renda fixa remuneradas em média por 100% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), os quais podem ser resgatados em D+0 sem qualquer prejuízo a liquidez da Companhia.

8. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber curto prazo	7.857	9.574
Total	7.857	9.574

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Até 30 dias	1.589	1.028
31 a 60 dias	815	437
61 a 90 dias	4.441	365
Acima 91 dias	933	7.577
Vencidos		
Até 30 dias	30	167
31 a 60 dias	49	-
61 a 90 dias	-	-
Acima 91 dias	-	-
Total	7.857	9.574

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Empresa concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, não irá adotar temporariamente a aplicação do NBC TG 48/IFRS 9 e manterá para 2025 a metodologia de perdas incorridas conjuntamente com a análise periódica dos títulos a receber tendo em vista ser uma empresa de pequeno porte e com risco baixo na inadimplência e seus recebíveis.

9. Estoque

	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	1.326	984
Produtos acabado	1.320	1.289
Em poder de terceiros	163	222
Perda para valor realizável líquido dos estoques	(170)	(170)
Total	2.638	2.325

10. Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IPI	176	7
ICMS	318	35
PIS	39	5
Cofins	180	24
CSLL retido	61	22
IR	91	42
Outros	57	21
Total	922	156

11. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedor no País	694	29
Valores a receber de terceiros	132	150
Despesas antecipadas	172	-
Deposito caução	9	54
Total	1.007	233
Total circulante	910	-
Total não circulante	97	-

12. Investimento

a) Aquisição de créditos

Em 11 de agosto de 2022, a Companhia adquiriu, por meio de contrato aditivo, créditos detidos pela BBL advindo de contrato firmado com a Money Cloud Tecnologia em Pagamentos S.A. ("Money Cloud" e/ou "Devedora") no âmbito do instrumento particular de mútuo conversíveis em Participação Societária, firmando entre as partes em 22 de outubro de 2021.

Conforme aditivo, o valor pago pela aquisição foi transferido diretamente a Money Cloud pelo montante de R\$ 750 (setecentos e cinquenta mil reais) com correção monetária mensal de 1,5% a.m. e direito de conversão em participação societária correspondente a 3% do capital social da Money Cloud, este montante fora classificado no ano de 2022 na linha de outros créditos e transferido para a conta de investimento em 2023 a emissão e subscrição de Ações PNA da Money Cloud.

No ano de 2025 não houve interesse da companhia em dar continuidade ao investimento e este fora desfeito em sua totalidade.

13. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalação	Ativo direito de uso	Consortio de bens	Total
-Em 31 de dezembro de 2022	1.611	28	16	-	562	25	2.242
Adições	395	-	-	8	181	30	614
Baixa	(133)	-	-	-	(192)	-	(325)
Em 31 de dezembro de 2023	1.873	28	16	8	551	55	2.531
Adições	199	-	8	-	5	16	228
Baixa	-	-	-	-	(170)	-	(170)
Em 31 de dezembro de 2024	2.072	28	24	8	386	71	2.589
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2022	(879)	(15)	(6)	-	(129)	-	(1.029)
Depreciação	(284)	(3)	(2)	(2)	(192)	-	(483)
Baixa depreciação	-	-	-	-	122	-	122
Em 31 de dezembro de 2023	(1.163)	(18)	(8)	(2)	(199)	-	(1.390)
Depreciação	(236)	(3)	(2)	(1)	(148)	-	(390)
Baixa depreciação	-	-	-	-	38	-	38
Em 31 de dezembro de 2024	(1.401)	(21)	(10)	(2)	(310)	-	(1.744)
Valor contábil líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	710	10	8	6	352	55	1.141
Em 31 de dezembro de 2024	671	7	14	2	76	16	845

14. Intangível

a) Conciliação do valor contábil

	Softwares	Custo desenvolvimento (i)	Certificação Fips (ii)	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2022	64	5.197	1.117	6.378
Adições	-	822	-	822
Em 31 de dezembro de 2023	64	6.019	1.117	7.200
Adições	-	246	-	246
Em 31 de dezembro de 2024	64	6.265	1.117	7.445
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2022	(34)	(3.334)	(88)	(3.456)
Amortização	(10)	(931)	(245)	(1.186)
Em 31 de dezembro de 2023	(44)	(4.265)	(333)	(4.642)
Amortização	(10)	(926)	(363)	(1.329)
Em 31 de dezembro de 2023	(54)	(5.191)	(696)	(5.961)
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2023	20	1.754	784	2.558
Em 31 de dezembro de 2023	10	1.074	421	1.505

(i) As adições de software são provenientes de gastos com desenvolvimento de projetos internos de melhorias relevantes na segurança que afetam sua vida útil estimada dos Softwares embarcados nos equipamentos de HSM e inovação no desenvolvimento de um Marketplace que oferece toda a Farm Dinamo composta pelos mais modernos e potentes HSM's do mercado e o usuário para utilizar, o SuperCloud Cyber Security; e

(ii) Gastos incorridos para certificação Fips dos equipamentos de HSM com o objetivo de aumentar a segurança destes equipamentos e atender demandas do mercado nacional que exigem esta certificação.

Os Fips – Padrões de Processamento de Informações Federais – são padrões do governo dos EUA para segurança da tecnologia da informação e segurança de computadores. O programa Fips é administrado pelo Instituto Nacional de Normas e Tecnologia (NIST).

Obter a validação FIPS 140 exige um processo de testes rigoroso através de um laboratório de testes credenciado. Os resultados são então analisados pelo Instituto Nacional de Normas e Tecnologia (NIST), que emite um certificado de validação Fips 140.

A amortização inicia-se no momento da concessão da certificação pelo NIST e pelo período de vigência da homologação.

15. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	839	2.171
Fornecedores exterior	17	4
Total	856	2.175

Os principais produtos adquiridos são referentes à matéria-prima para produção dos HSM's e serviços contratados de terceiros.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e férias a pagar	54	43
Provisão para férias e encargos	118	113
INSS	25	21
FGTS	9	8
IRRF	34	22
Total	240	207

17. Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	58	5
ICMS	-	265
ISS	38	56
IR&CSLL	3.347	3.718
IPI	-	144
CSRF	24	22
PIS/Cofins	234	812
Parcelamentos	1.071	526
Total	6.610	5.548
Total circulante	4.024	5.110
Total não circulante	748	438

Os parcelamentos celebrados pela Companhia, por natureza, estão apresentados conforme quadro abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento REFIS	469	526
Parcelamento de COFINS	417	-
Parcelamento de ICMS	185	-
Total	1.071	526

Cronograma de pagamentos dos parcelamentos

	31/12/2024	31/12/2023
2029	116	86
2028	192	88
2027	192	88
2026	247	88
2025	323	88
Total	1.071	526

19. Outros passivos

	31/12/2024	31/12/2023
Utilidades e serviços	18	30
Juros capital próprio	300	-
Comissões a pagar	707	1.100
Total	1.025	1.130

20. Empréstimos

	Garantia	Modalidade	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Banco de Brasília	Cessão Fiduciária contrato BRB 001/2020	Direito creditório Contrato BRB 001/2020	25,19% a.a.	-	119
ASK	Títulos vincendo	Capital de giro	34,20% a. a.	-	750
Caixa Econômica Federal	Títulos vincendo	Capital de giro	20,04% a.a.	1.671	750
Total					869
Circulante				434	869
Não circulante				1.236	-

(i) Companhia não possui outros "covenants" ou "restrições contratuais" dependentes de índices financeiros ou qualquer outro fator determinante.

A movimentação dos empréstimos ocorreu conforme a seguir:

	Movimentação
Saldo em 01/01/2024	869
(+) Captações	2.000
(+) Juros incorridos	27
(-) Amortização de principal	(790)
(-) Pagamento de juros	(435)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1671

O cronograma de vencimento dos empréstimos encontra-se conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	869
2025	434	-
2026	530	-
2027	647	-
2028	60	869
Passivo circulante e não circulante	1.671	869

21. Arrendamentos

A Companhia arrenda escritórios administrativos. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os arrendamentos dos escritórios foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3).

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas a seguir:

i) Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13).

Escritório comercial

Saldo em 31 de dezembro de 2021	394
Despesa de amortização do exercício	(169)
Baixa amortização	408
Adições a ativos de direito de uso	414
Baixas a ativo de direito de uso	(614)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	433
Despesa de amortização do exercício	(192)
Baixa amortização	121
Adições a ativos de direito de uso	181
Baixas a ativo de direito de uso	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	352
Adições a ativos de direito de uso	5
Baixas a ativo de direito de uso	(170)
Baixa amortização	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	78

ii) Valores reconhecidos no resultado

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13).

	31/12/2023
2023 - Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	(35)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(188)
Despesas de arrendamento - amortização	(192)

	31/12/2024
2023 - Arrendamentos de acordo com o NBC TG 06 (R3)	
Juros sobre arrendamento	(19)
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	(97)
Despesas de arrendamento - amortização	(139)

Arrendamento a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía R\$ 97 e R\$ 383 respectivamente em compromissos com arrendamentos, relacionados aos imóveis alugados pela Companhia, os quais estão registrados em Outros passivos circulantes e não circulantes.

O cronograma futuro de pagamento desses contratos, até término de suas vigências está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	183
2025	97	151
2026	-	49
Total	97	383
Circulante	97	188
Não circulante	-	195
Total	97	383

iii) Valores reconhecidos na demonstração dos fluxos de caixa

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota Explicativa nº 13.)

	2024	2023
Saída de caixa total para arrendamentos	(169)	(218)

iv) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

22. Partes relacionadas

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração de pessoal-chave da administração compreende:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	3.503	2.022
Total	3.503	2.022

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui apenas salários e bônus anual de acordo com política de bonificação revisada anualmente.

b) Outras operações com partes relacionadas

Transação	31/12/2024	31/12/2024
GWCloud Tecnologia e Serviços S.A (i)	1.000	1.000
Total partes relacionadas a receber	1.000	1.000

(i) Contas a receber referente venda de HSM para uso em projeto da parte.

23. Provisões para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciária, cível e ambiental. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Os registros contábeis e as operações da Companhia também estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável.

De acordo com a legislação vigente no Brasil, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades tributárias e previdenciárias, pelo prazo de cinco anos, com referência aos tributos e encargos, exceto o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cujo prazo de prescrição é de 30 anos.

Em decorrência dessas revisões, as transações e os recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualização monetária.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía nenhum processo judicial de qualquer natureza em andamento.

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 792 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, representado por 791.667 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/2024	31/12/2023
Celso Luiz Carvalho de Souza	9%	9%
Enilton Antonio do Nascimento Junior	9%	9%
SLT Blasted Participances S.A.	10%	10%
Marco Antonio Zanini	11,5%	11,5%
Ronaldo Eschiezaro	4%	4%
Blackstone Diamond Ltda	4,9%	4,9%
Triade Inovação Serviços	51,6%	51,6%
Total de ações em circulação	100,00%	100,00%

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Companhia foi transformada em S.A em 18 de julho de 2021 e a partir deste ano iniciou a constituição da reserva legal prevista na Lei das Companhias por Ações.

Movimentação reserva legal

Saldo em 1º de janeiro de 2021	79
Adição	80
Saldo em 1º de janeiro de 2022	159
Adição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	159

c) Reservas de capital

Reserva de capital constituída pelo sócio investidor SLT Blasted Participações S.A em contrapartida a aquisição de 10% da participação acionaria da Companhia podendo, a critério dos sócios, ser convertido em novo aumento de capital.

Constituição de reserva de capital na proporção de 1% do lucro operacional conforme item 15.4 do acordo de acionistas referente resultado do período.

Movimentação reserva de capital

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.554
Adição 1% lucro líquido	27
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.581
Adição 1% lucro líquido	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.589

d) Reserva de lucros

Constituída pelo resultado apurado no período excluída a reserva de capital, reserva legal e dividendos obrigatórios de 25%.

e) Dividendos

As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 737 e 2.644 respectivamente e deliberados e pagos parcialmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 159 de dividendos. O valor corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal.

O saldo de dividendo deliberado de 2024 e o montante calculado referente aos dividendos mínimos obrigatórios estão sem previsão de pagamento no curto prazo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	737	2.720
(-) Reserva incentivos fiscais	(93)	(182)
(-) Transação de capital	(8)	(27)
(-) Reserva legal (5%)		-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	636	2.510
Dividendos obrigatório 25%	(159)	(628)
Constituição da reserva de lucros	477	1.883

f) Resultado por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro líquido por ação diluído.

Apresentamos a seguir o cálculo do lucro líquido por ação básica:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador básico		
Resultado do exercício	737	2.720
Denominador básico		
Média ponderada do lote de mil ações – básica	792	792
Lucro básico por ação em (R\$)	0,93	3,43

25. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do IRPJ e CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (Lair)	888	3.869
Imposto de renda e contribuição social pela Alíquota nominal - 34%	302	1.315
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:		
(+) Adições:		
Despesas indedutíveis	5	23
Provisões perdas esperadas não dedutíveis	-	-
Outras provisões	51	917
Arrendamento mercantil – depreciação/amortização/exaustão	139	192
Arrendamento mercantil - despesas financeiras de contrato	19	35
(-) Exclusões:		
(-) Reversão ou uso de provisões ou perdas esperadas não dedutíveis	(135)	-
(-) Reversão de outras provisões	-	(834)
(-) Arrendamento mercantil – contraprestação	(169)	(218)
(-) Incentivo fiscal - Lei do Bem	(273)	(535)
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	525	3.449
Imposto de renda 15%	(79)	(576)
Adicional 10%	(29)	(262)
(-) PAT	(3)	-
Total Imposto de renda	(104)	(838)
Contribuição Social 9%	(47)	(311)
Imposto de renda e contribuição social no resultado exercício	(151)	(1.149)

26. Receita líquida

a) Reconhecimento de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de produção própria de equipamentos de criptografia e Softwares embarcados na solução ofertada.

Adiante apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de vendas produtos	112	2.478
Receita bruta serviços prestados	21.559	18.420
Vendas canceladas/devoluções	(5.130)	(740)
Receita bruta de vendas	16.541	20.158
ICMS	(230)	(372)
IPI	(111)	(212)
PIS	(101)	(149)
Cofins	(465)	(689)
ISS	(454)	(385)
Deduções	(679)	(1.807)
Receita líquida	15.862	18.351

b) Desagregação da receita de contratos com clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Revenda de produtos	13	15
Venda produção	99	2.397
Faturamento serviços prestados	12.201	8.142
Faturamento licenças software	4.228	9.556
Faturamento treinamentos	-	48
Total	16.541	20.158

27. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(1.067)	(535)
Custos produção	(98)	(375)
Custos com terceiros	(2.346)	(3.058)
Viagens	(11)	(7)
Custos gerais	(16)	(306)
Depreciação/amortização	(1.409)	(1.462)
Total custos dos produtos vendidos	(4.947)	(5.743)
Comissões sobre vendas	(1.196)	(2.258)
Propaganda e publicidade	-	(26)
Eventos e campanhas	(120)	(19)
Serviços de marketing	(204)	(231)
Perdas efetivas com duplicatas	(2.424)	-
Outras despesas comerciais	(150)	(4)
Total despesas comerciais	(4.094)	(2.538)
Despesas com pessoal	(346)	(458)
Ocupação	(308)	(68)
Utilidades e serviços	(39)	(31)
Viagens	(237)	(87)
Serviços terceiros	(3.874)	(3.959)
Depreciação/amortização	(154)	(207)
Tributos e contribuições	(28)	(29)
Despesa com facilites	(32)	(506)
Despesas com processos contratuais	(246)	-
Outras despesas	(327)	(191)
Total despesas gerais e administrativas	(5.591)	(5.536)
Despesas indedutíveis	(5)	(20)
Multas fiscais	(48)	-
Perdas diversas	(1)	-
Outras receitas operacionais	1.102	34
Total outras receitas (despesas)	1.048	14
Total	(13.584)	(13.803)

28. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Descontos financeiros obtidos	13	20
Juros e multas ativos	15	25
Variação cambial ativa	7	1
Receitas aplicação	89	8
Total	124	54
Despesas financeiras		
Juros passivos	(878)	(469)
Juros capital próprio	(353)	-
Multas passivas	(217)	(158)
IOF	(24)	(8)
Variação cambial passiva	(10)	(9)
Despesas bancárias	(16)	(84)
Outras despesas	(16)	(5)
Total	(1.514)	(733)
Resultado financeiro líquido	(1.390)	(679)

29. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros	31/12/2024		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	252	252
Contas a receber	-	7.857	7.857
Aplicações financeiras	426	-	426
Total	426	8.109	8.535
Passivos			
Fornecedores	-	856	856
Outras contas a pagar	-	1.025	1.025
Arrendamento operacional	-	97	97
Total	-	1.978	1.978

Instrumentos financeiros	31/12/2023		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	303	303
Contas a receber	-	9.574	9.574
Aplicações financeiras	1.213	-	1.213
Total	1.213	9.877	11.090
Passivos			
Fornecedores	-	2.175	2.175
Outras contas a pagar	-	1.132	1.132
Arrendamento operacional	-	383	383
Total	-	3.690	3.690

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	252	-
Contas a receber	-	7.857	-
Aplicações financeiras	-	426	-
Outros créditos	-	-	-
Total	-	8.535	-
Passivos			
Fornecedores	-	856	-
Outras contas a pagar	-	1.025	-
Arrendamento	-	97	-
Total	-	1.978	-

Instrumentos financeiros	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	303	-
Contas a receber	-	9.574	-
Aplicações financeiras	-	1.213	-
Outros créditos	-	-	-
Total	-	11.090	-
Passivos			
Fornecedores	-	2.812	-
Outras contas a pagar	-	1.132	-
Arrendamento	-	97	-
Total	-	4.682	-

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia possibilita que os riscos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, da complexidade dos produtos e da dimensão da exposição aos riscos. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e estão disponíveis a todos os colaboradores, sendo revisadas anualmente ou na ocorrência de mudanças significativas nos objetivos, estratégias ou metodologias envolvidas.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de suas operações.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Análise de sensibilidade

As aplicações financeiras estão atreladas ao CDB-DI com remuneração média de 100% sobre o CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras, utilizando fundamentalmente dados observáveis de mercado. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela Administração da Companhia na gestão financeira:

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024	CDI	
				Exposição	Cenário razoavelmente possível
Aplicação financeira	CDI	10,88%	426	12,14%	477
Exposição			426		477

iii) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

30. Segmentos operacionais

A administração da Companhia, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela administração da Companhia para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a administração concluiu que opera um único segmento e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

31. Transações que não afetaram o caixa

Em atendimento aos itens 43 e 44(a) da NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o quadro a seguir demonstra as alterações dos ativos e passivos provenientes das atividades de investimento e financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Atividades de investimento		
Adoção inicial direito de uso de ativo	5	(181)
Baixa direito de uso de ativo	(170)	192
Total	(165)	11
Atividades de financiamento		
Adição de arrendamento a pagar	5	(181)
Baixa arrendamento a pagar	(170)	192
Total	(165)	11

32. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

* * *

Marco Antonio Zanini
Sócio-diretor
CPF 087.885.668-46

Sued Salim Portes
Contador
CRC 1SP228960/o-o